



# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05  
e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102  
Estado de São Paulo

54  
0

## CÂMARA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

### AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Tornar-se público que a Câmara Municipal de Guzolândia/SP, por meio da diretoria administrativa, realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, contratação de empresa especializada Contratação de empresa para fornecimento de seguro do carro do Poder Legislativo de Guzolândia, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso II, da lei 14133/2021, Resolução nº 17/2022 e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão: 29/11/2024**

**Horários da fase de lances:** 08h00min as 14h00min (previsto)

**Link:** <https://bllcompras.com/Home/Login>.

**Critério de Julgamento:** menor preço

**REGIME DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:** empreitada por preço global, art. 6º, inciso XIX, lei 14133/2021: contratação da execução de serviço por preço certo e total.

#### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de contratação de empresa especializada Contratação de empresa para fornecimento de seguro do carro do Poder Legislativo de Guzolândia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA – art. 48, inciso I, LC 123/2006; art. 14, lei 14133/2021

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema da BLL, no endereço eletrônico <https://bllcompras.com/Home/Login>

2.2. Somente poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores que se enquadram como micro empresa e/ou empresa de pequeno porte, art. 48, I, da LC 123/2006 e que tenha CNAE compatível com o objeto da contratação, atenda as disposições deste Aviso e seus anexos, devendo estar devidamente credenciada através do site <https://bllcompras.com/Home/Login>

2.2.1. O credenciamento (2.2) deve ser realizado diretamente no site <https://bllcompras.com/Home/Login> até o abertura da disputa eletrônica previsto no Anexo IV





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

deste Aviso, devendo o interessado dirimir dúvidas quanto ao credenciamento e ao acesso do sistema operacional da empresa BLL COMPRAS pelo telefone: (41) 3148-9870 ou através do e-mail: [contatoorgaos@bll.org.br](mailto:contatoorgaos@bll.org.br)

2.2.2. O fornecedor deverá apresentar no ato da proposta, antes da abertura do sistema eletrônico para lances, as declarações previstas no Anexo III.

2.2.3. Declarada a proposta vencedora, o fornecedor classificado deverá apresentar a documentação prevista no Anexo I e V em até 24h, a contar da solicitação do agente de contratação, ainda que apresente alguma restrição (lei complementar 123/2006, art. 43).

2.2.4. As restrições apresentadas nos documentos previstos no Anexo I deverão, em até 5 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.2.5. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 2.2.4., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei 14133/2021.

2.3. Não poderão disputar da dispensa ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

56  
e

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4. O impedimento de que trata a alínea "c" do item 2.3 deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas "a" e "b" do item 2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7. O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

## 3. HABILITAÇÃO

3.1. As condições para habilitação estão descritas no Anexo I deste aviso;

3.2. A verificação dos documentos de que trata o Anexo I será realizada no sistema em que é realizada a dispensa eletrônica, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema;

3.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação no Anexo I ou de documentos não constantes do sistema de cadastramento, o órgão ou entidade deverá solicitar ao vencedor envio desses por meio do sistema, que deverá ser atendido em até 24h;

## 4. CONTRATAÇÃO:





# Câmara Municipal de Guzolandia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

4.1. Sem prejuízo de outras condições previstas em lei ou no Aviso de Contratação Direta, os requisitos para a contratação estão discriminados no Termo de Referência, constante no Anexo II, e anexo I deste aviso.

## 5. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

5.3. Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 12 (doze) meses com a Administração Pública;

5.4 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

5.5 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

5.6 Multa de 30% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

5.7 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada, por inexecução parcial do ajuste.

5.8 Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

5.9 Multa de 10% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

5.10 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.





# Câmara Municipal de Guzolandia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

- 5.11 Multa de 30% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.
- 5.12 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 5.13 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.
- 5.14 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.
- 5.15 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Aviso de Contratação Direta.
- 5.16 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, "caput" e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 5.17 São aplicáveis no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.18 Aplicada penalidade pecuniária e transcorrido o prazo recursal sem interposição de recurso ou denegado provimento ao recurso interposto, o valor correspondente deverá ser retido na nota de liquidação e pagamento.
- 5.19 Após a publicação do despacho que denegou provimento ao recurso ou o decurso do prazo sem interposição de recurso, não havendo tempo hábil para que seja 10 respeitado o prazo legal para o pagamento, a retenção do valor da multa deverá ocorrer na próxima nota de liquidação e pagamento.
- 5.20. Não havendo mais pagamentos a serem efetuados, a multa deverá ser recolhida por meio de boleto emitido pela Prefeitura Municipal ou mediante execução da garantia contratual.
- 5.21. Se a multa aplicada for superior à garantia prestada e não for recolhida a diferença, o valor remanescente deverá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

## 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 6.2. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

6.3. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

6.4. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

6.5. Garantir a proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quando for o caso;

6.6. Os Autos seguirão para a Autoridade Competente que a seu critério homologará a Dispensa de Licitação – Sistema BLL.

6.7. Para a formalização da Contratação será emitida ordem de serviço e empenho assim como seu Anexo, que irá substituir o Termo de Contrato, conforme disposto em art.95 da Lei 14.133/2021.

6.8. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

6.8.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

6.8.2. ANEXO II - Termo de Referência;

6.8.3. ANEXO III – Modelos de Declarações e Atestados;

6.8.4. ANEXO IV – Abertura do Procedimento, Envio de Lances, Julgamento, Habilitação.

6.8.5. ANEXO V – Modelo de Proposta

Guzolândia, 22 de novembro de 2024.

  
Kenia Vieira Lofego Dias Zanoni

Agente de Contratação





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05  
e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102  
Estado de São Paulo

## ANEXO I

### DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens que seguem, sendo apenas exigidas do licitante vencedor, salvo se a fase de habilitação anteceder a de julgamento, art. 63, lei 14133/2021 e art. 43 da Lei complementar 123/2003:

Os documentos exigidos para habilitação deverão ser anexados no site <https://bllcompras.com/Home/Login>

O fornecedor deverá apresentar **no ato da proposta**, antes da abertura do sistema eletrônico para lances, as declarações previstas no Anexo III.

Declarada a proposta vencedora, o fornecedor classificado deverá apresentar a documentação prevista no Anexo I e V em até 24h, a contar da solicitação do agente de contratação, ainda que apresente alguma restrição (lei complementar 123/2006, art. 43).

As restrições apresentadas nos documentos previstos no Anexo I deverão, em até 5 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação.

A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei 14133/2021.

#### **1. HABILITAÇÃO JURÍDICA: (ME/MPP, artigos 43 e 48, inciso I, lei complementar n. 123/2006)**

- 1.1. Ato Constitutivo (contrato social, estatuto social ou requerimento de empresário);
- 1.2. Todas as alterações ou consolidação do Ato Constitutivo;
- 1.3. Procuração dos respectivos representantes nas licitações;
- 1.4. Documentos dos Sócios;
- 1.5. Documentos do Representante Legal;
- 1.6. Prova de Administração ou Diretoria (dependo do tipo empresarial);
- 1.7. Decreto de Autorização de Funcionamento (no caso de empresas estrangeiras que funcionam no Brasil).
- 1.8. Declaração de qualificação de Micro empresa ou Empresa de pequeno porte.
- 1.9. Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



# Câmara Municipal de Guzolandia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

## 2. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 2.1. Cartão de CNPJ;
- 2.2. Inscrição Estadual;
- 2.3. Inscrição Municipal;
- 2.4. Certidão negativa de débitos Federais, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- 2.5. Certidão negativa de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.6. Certidão negativa de débitos na Justiça de Trabalho;
- 2.7. Certidão negativa de débitos Estaduais;
- 2.8. Certidão negativa de débitos Municipais;
- 2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência;

## 3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

- 3.1. Balanço patrimonial;
- 3.2. Índices Contábeis;
- 3.3. Capital social ou patrimônio líquido;
- 3.4. Certidão negativa de Falência e Concordata;

## 4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 4.1. Comprovação de aptidão técnica através de atestado de capacidade técnica pertinentes a serviços prestados semelhantes com o objeto ora contratado, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 4.3. Inscrição na entidade profissional competente, se for o caso;
- 4.4. Registro em órgão regulamentador em plena validade, for o caso;
- 4.5. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6º, por





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

4.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 5. DECLARAÇÕES:

- 5.1. Declaração Menor/Aprendiz;
- 5.2. Declaração ME/EPP;
- 5.3. Declaração de Habilitação;
- 5.4. Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- 5.5. Declaração sobre Trabalho Forçado e/ou Degradante;
- 5.6. Declaração de Elaboração independente de Proposta;
- 5.7. Declaração de Renúncia de Vistoria;
- 5.8. Carta de Credenciamento;

Guzolândia, .....de.....de 202.....

Ass:





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05  
e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102  
Estado de São Paulo

## ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII

## SERVIÇOS COMUNS DE SEGURO DE CARRO– CONTRATAÇÃO DIRETA –

DISPENSA n.08/2024

Processo Administrativo nº 10/2024

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS:

**1.1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:** Contratação de empresa para fornecimento de seguro do carro do Poder Legislativo.

**1.2. JUSTIFICATIVA:** A contratação de seguro para o veículo oficial, da marca I/Chevrolet, modelo Cruze LTZ NB AT, ano 2017/2017, placa FIM7308 Visa resguardar patrimônio público da Câmara Municipal, se justifica pela necessidade de ações administrativas voltadas para a proteção do patrimônio público e de pessoas, evitando-se maiores prejuízos aos servidores e vereadores, que trafega em rodovias, federais, estaduais e vias com intenso tráfego. No contrato de seguro a principal prestação do segurador não é o pagamento de eventual indenização, mas a assunção do risco contra o qual o segurado quer se resguardar, dessa forma, entendemos que o principal objetivo da contratação é mitigar os riscos nos quais a Administração incorre, inclusive sob terceiros, de danos ao patrimônio público e particular.

**1.3. BASE LEGAL:** Lei nº 14.133/2021, art. 75, inciso II e art. 6º, inciso XXIX e Resolução n. 17/2022.

**1.4. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:** trata-se de serviços de seguro que deverá ser prestado: Cobertura para 01(um) veículo oficial placa FIM7308, Chassi: 8AGBN69S0HR140441:  
Colisão, incêndio, roubo ou furto–100% Tabela FIPE  
Danos Materiais a Terceiros –R\$ 100.000,00  
Danos Corporais a Terceiros –R\$ 100.000,00  
Danos Morais –R\$ 50.000,00  
Vidros Faróis Lanterna, Retrovisores  
Sem perfil de condutor  
Assistência 24hs completa (zero reais)  
Carro reserva porte médio para 30 dias

1.4.1 Além dos eventos principais indicados acima, o seguro deverá incluir também:

1.4.2 PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA 24 HORAS, SEM PAGAMENTO DE FRANQUIA, ao veículo segurado, disponível no território nacional, sem limite de quilometragem, que deverá compreender, no mínimo:





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

1.4.3 A prestação de socorro, reboque ou transporte do veículo segurado até a oficina mais próxima ao local do evento, em casos de falha mecânica ou elétrica, bem como na ocorrência qualquer outro eventual sinistro;

1.4.4 O reboque ou transporte do veículo segurado deverá ser prestado de forma gratuita pela seguradora, no mínimo 2.000 km.

1.4.5 O valor da franquia de seguro para a cobertura compreensiva do veículo deverá ser do tipo REDUZIDA (25% do valor da franquia básica).

1.4.6 A proposta de preços deverá indicar o tipo de franquia (reduzida) e os valores individuais.

1.4.7 O valor da franquia de seguro para a cobertura compreensiva do veículo não poderá ser inferior ao valor indicado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta de preços.

1.4.8 Caso haja indicação na proposta de valor da franquia de seguro para a cobertura compreensiva inferior ao limite do Termo de Referência, a empresa proponente será convocada para ajuste do valor, e, caso não haja a adequação ao limite, sua proposta será recusada.

1.4.9 Nos casos das coberturas de Responsabilidade civil facultativa de veículo não haverá franquia.

1.4.10 Na ausência de informação referente aos valores das franquias na descrição da proposta encaminhada pela empresa, será considerado o valor R\$ 0,00 (zero).

1.4.11 As franquias serão aplicadas de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um retrovisor e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o retrovisor e outra para a lanterna.

1.4.12 Aplicam-se ao seguro a ser contratado as seguintes condições gerais:

a) Considera-se perda total quando o valor estimado para reparação for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da importância segurada do veículo;

b) A modalidade de seguro a ser contratada é a de valor de mercado, tendo como referência a Tabela FIPE (a indenização será de 100% do valor da tabela FIPE relativa à região de taxação do risco e do mês em que for paga a indenização, para casos de indenização integral);

c) O condutor é indeterminado, sendo qualquer servidor, prestador de serviços (terceirizado) ou vereador da Câmara.

1.4.13. O objeto da contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

**1.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:** serviço contínuo, com prazo determinado de duração de 12 (doze), a contar a partir da sua assinatura do contrato.

**1.6. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:** O serviço será prestado na Câmara Municipal de Guzolândia, com sede na avenida Paschoal Guzzo, nº 1087, Centro.

**1.7. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 614,00 em 6 vezes, perfazendo o valor total de 3.684,00 (três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais).

**1.8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01 – Legislativo

0101 – Câmara Municipal

010101 – Câmara Municipal

01.031.0002.2002.0000 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

006 – 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

**1.9. PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O prazo para entrega da apólice será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da respectiva nota de empenho a contratada.





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05  
e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

1.9.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

1.9.2 A apólice deverá ser entregue no seguinte endereço: Câmara Municipal de Guzolândia, com sede na Avenida Paschoal Guzzo, nº 1087, Centro, Guzolândia/SP ou encaminhada para o seguinte endereço eletrônico: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br)

**1.11. REGIME DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:** empreitada por preço global, art. 6º, inciso XIX, lei 14133/2021: contratação da execução de serviço por preço certo e total.

**1.12. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:** contratação direta por dispensa eletrônica, art. 75, inciso II, lei 14133/2021.

**1.13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** menor preço.

**1.14. MODO DE DISPUTA:** aberto

## 2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

### 2.1. VISTORIA:

2.1.1. A avaliação prévia do veículo a ser segurado para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07h30min horas às 11h30min (Atestado de vistoria – modelo Anexo III – emissão pela contratante).

2.1.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

2.1.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das condições do veículo, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do objeto a ser segurado, deverá o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes, mediante declaração (modelo Anexo III).

**2.2. SUBCONTRATAÇÃO:** não será admitida a subcontratação.

**2.3. GARANTIAS:** Não será exigida a garantia da contratação.

**2.4. DESTINATÁRIO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA:** o processo de contratação direta por dispensa eletrônica destina-se, exclusivamente, à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, art. 48, inciso I, LC 123/2006.

## 3. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

- 3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 3.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, portaria de nomeação n. 06/2024 (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 3.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 3.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 3.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 3.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 3.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 3.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 3.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 3.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 3.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Estado e Municipal, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 3.13. O contratado atenderá as solicitações do contratante, conforme item 1.4 a 1.4.13;
- 3.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.
- 3.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 3.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 3.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e-mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções; os serviços de acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, será definido conforme execução do projeto.

3.18. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

3.19. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

3.20. Recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 4. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

4.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

4.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

4.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

4.5. O fornecedor deverá apresentar no ato da proposta, antes da abertura do sistema eletrônico para lances, as declarações previstas no Anexo III.

4.6. Declarada a proposta vencedora, o fornecedor classificado deverá apresentar a documentação prevista no Anexo I e V em até 24h, a contar da solicitação do agente de contratação, ainda que apresente alguma restrição (lei complementar 123/2006, art. 43).

4.7. As restrições apresentadas nos documentos previstos no Anexo I deverão, em até 5 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.8. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.2, 4.3, 4.4, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei 14133/2021.

Guzolândia, 22 de novembro de 2024.

Kenia VieiraLofego Dias Zanoni  
Diretora Administrativa





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

## ANEXO III

### MODELOS DE DECLARAÇÕES E ATESTADOS

#### DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À Câmara Municipal de Guzolândia/SP

Processo n.

Dispensa de licitação n.

A empresa \_\_\_\_\_, (endereço completo, CNPJ, inscrição estadual ou municipal), **DECLARA**, sob as penas cabíveis que cumpre todos os requisitos exigidos no Aviso de contratação para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista e que sua proposta está em conformidade com as exigências do licitante.

**DECLARA**, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação ensejará a reparação civil das perdas e danos a Declarante.

Local, data

Representante

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurado

Atenção! Papel com timbre da empresa;

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À Câmara Municipal de Guzolândia/SP

Processo n.

Dispensa de licitação n.

Em conformidade com o disposto na Lei Complementar n. 123/2006, que dispõe sobre o tratamento diferenciado concedido às Microempresa(s) e Empresa(s) de Pequeno Porte, nas licitações de bens, serviços e obras na Administração Pública Municipal Direta e Indireta, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, legalmente representada por seu (qualificação do sócio), Sr. \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, participante do procedimento de dispensa de licitação n. ..., processo n. ..., **DECLARA**, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que, a empresa acima nominada cumpre todos os requisitos legais, previsto na lei, para a qualificação como Microempresa (ou Empresa de Pequeno Porte).





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

estando apta a usufruir do tratamento diferenciado, e, que, não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local, data

Representante

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurado

Atenção! Papel com timbre da empresa;

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

À Câmara Municipal de Guzolândia/SP

Processo n.

Dispensa de licitação n.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço Completo), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, para fins de participação no processo de contratação em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: A empresa emprega em seu quadro menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva).

Por ser verdade assina a presente.

local, data

Representante

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurado

Atenção! Papel com timbre da empresa;





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

À Câmara Municipal de Guzolândia/SP

Processo n.

Dispensa de licitação n.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço Completo), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, para fins de participação no processo licitatório em pauta e no disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

local, data

Representante

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurado

**Atenção! Papel com timbre da empresa;**

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À Câmara Municipal de Guzolândia/SP

Processo n.

Dispensa de licitação n.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem: **DECLARAR**, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes. Por ser verdade assina a presente.

local, data

Representante





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurado

Atenção! Papel com timbre da empresa;

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

À Câmara Municipal de Guzolândia/SP

Processo n.

Dispensa de licitação n.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que, conforme disposto no art. 93 da Lei Federal 8.213, de 24 de julho de 1991, esta ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Por ser verdade assina a presente.

local, data

Representante

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurado

Atenção! Papel com timbre da empresa;

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

À Câmara Municipal de Guzolândia/SP

Processo n.

Dispensa de licitação n.

Atestamos para fins de participação na dispensa nº , processo n. , que (nome e função), representando a empresa (qualificação) , optou por não realizar vistoria nos locais e instalações





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

referentes ao Objeto da dispensa e **DECLARA**, sob qualquer hipótese, estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos equipamentos e locais de execução dos serviços como justificativa para deixar de cumprir com os termos dos documentos que instruem a dispensa retro.

local, data

Representante

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurado

Atenção! Papel com timbre da empresa;



# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

## ANEXO IV

### DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO, ENVIO DE LANCES, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO – RESOLUÇÃO N. 17/2022

#### 1. DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO E ENVIO DE LANCES

- 1.1. A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema ou pelo agente de contratação para o envio de lances públicos e sucessivos por período não inferior a 3 dias úteis ou superior a 6h00, exclusivamente por meio do sistema eletrônico;
- 1.2. Imediatamente após o término do prazo estabelecido no caput, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.
- 1.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 1.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema;
- 1.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos, desde que inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 1.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor;
- 1.7. O fornecedor será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

#### 2. DO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

- 2.1. Encerrado o procedimento de envio de lances, nos termos do item 1.3 a 1.5, o órgão ou entidade realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação;





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05  
e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102  
Estado de São Paulo

- 2.2. Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o órgão ou a entidade poderá negociar condições mais vantajosas;
- 2.3. Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados;
- 2.4. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação;
- 2.5. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, observado o disposto nos item 2.2./ 2.4;
- 2.6. Definida a proposta vencedora, o órgão ou a entidade deverá solicitar, por meio do sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado pelo vencedor;
- 2.7. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora;
- 2.8. Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021;
- 2.9. A verificação dos documentos de que trata o Anexo I será realizada no sistema de cadastramento mantido pelo Municípios, quando o procedimento for realizado em sistemas próprios ou outros sistemas disponíveis no mercado, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas;
- 2.10. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação no Anexo I ou de documentos não constantes do sistema de cadastramento, o órgão ou entidade deverá solicitar ao vencedor envio desses por meio do sistema, que deverá ser atendido em até 5 dias;
- 2.11. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea c do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, estadual, municipal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.;





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

2.12. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no item 2.8 a 2.10, o fornecedor será habilitado;

2.13. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

## 3. DO PROCEDIMENTO FRACASSADO OU DESERTO

3.1. No caso do procedimento restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:

3.1.1. republicar o procedimento;

3.1.2. fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

3.1.3. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

3.2. O disposto nos itens incisos 3.1.1. a 3.1.2. e 3.1. poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto;

3.3. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

Local, data

responsável





# Câmara Municipal de Guzolandia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05  
e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102  
Estado de São Paulo

## ANEXO IV

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(timbre da proponente)

DISPENSA DE LICITAÇÃO/PROCESSO REQUERENTE	N. PROCESSO N. CÂMARA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA/SP
OBJETO	
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE	NOME FANTASIA: RAZÃO SOCIAL: CNPJ: INSCRIÇÃO ESTADUAL: INSCRIÇÃO MUNICIPAL: ENDEREÇO: BAIRRO: CIDADE: CEP: TELEFONE/CELULAR ( ) E-MAIL: CONTA BANCÁRIA: Nº BANCO: AGENCIA: CONTA CORRENTE OBS: DO LICITANTE VENCEDOR
OPTANTE DO SIMPES	( ) SIM ( ) NÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	60 (SESSENTA) DIAS
-------------------------------	--------------------





# Câmara Municipal de Guzolândia

"Deolindo de Souza Lima"

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05

e\_mail: [cm\\_guzolandia@yahoo.com.br](mailto:cm_guzolandia@yahoo.com.br) - Fone/Fax (17) 3637-1102

Estado de São Paulo

## A EMPRESA INTERESSADA/VENCEDORA DECLARAÇÃO:

1. Assumir inteira responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar a Câmara Municipal de Guzolândia/SP, a terceiros, por si, representantes ou sucessores;
2. Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas;
3. Concorda com prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência desse processo;
4. Que não possui como sócio, gerente e diretores, servidor público do poder executivo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão;

LOCAL E DATA

---

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL